

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL GERAL DE IPIXUNA DO PARA

CNPJ 23.453.830/0018-18

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)				Demonstração do Superávit do Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2019 e do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em Reais (R\$)			
Ativo	Nota	2019	2018	Receitas Operacionais	Nota	2019	Período de 01/03 a 31/12/2018
Circulante		4.467.051	3.967.460				
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.156.654	1.916.611	Serviços prestados a pacientes SUS		13.168.776	10.973.980
Contas a receber	4	1.024.067	1.097.398	(-) Glosa por implantação		-	(5.873.530)
Estoques		278.845	139.702	Custos		(10.112.989)	(2.464.167)
Adiantamento a fornecedores		2.606	803.769	Pessoal e encargos		(4.043.138)	(1.008.484)
Adiantamento a funcionários		416	4.301	Serviços de terceiros		(5.059.187)	(1.190.423)
Despesas antecipadas		4.464	5.679	Materiais e medicamentos		(1.010.664)	(265.260)
Não Circulante		2.862.767	2.854.990	Despesas		(2.174.031)	(846.177)
Imobilizado líquido	5	2.862.767	2.854.990	Pessoal e encargos		(842.317)	(252.121)
Total do Ativo		7.329.818	6.822.450	Despesas gerais	12	(1.298.363)	(593.138)
Passivo				Impostos, taxas e contribuições		(2.919)	(918)
Circulante		1.474.649	1.647.885	Depreciação/amortização		(340.480)	(66.386)
Fornecedores	6	508.925	1.097.768	Outras receitas e despesas operacionais		310.049	66.386
Obrigações trabalhistas	7	729.847	360.727	Financeiras Líquidas		91.776	50.845
Obrigações sociais		105.832	68.257	Receitas financeiras		107.209	56.897
Obrigações fiscais		36.888	52.730	Despesas financeiras		(15.433)	(6.052)
Outras contas a pagar		50	1.528	Superávit do Exercício		973.532	1.840.951
Partes relacionadas	8	93.107	66.875	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 e do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 - Em Reais (R\$)			
Não Circulante		3.034.517	3.333.614				
Receita diferida	9	3.034.517	3.333.614	Em 1º de março de 2018		-	-
Patrimônio Líquido	10	2.820.652	1.840.951	Superávit do período		1.840.951	1.840.951
Patrimônio social		1.847.120	-	Em 31 de dezembro de 2018		1.840.951	1.840.951
Superávit do exercício / período		973.532	1.840.951	Incorporação ao Patrimônio Social	1.840.951	(1.840.951)	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		7.329.818	6.822.450	Ajustes patrimoniais		6.169	6.169
				Superávit do exercício		-	973.532
				Em 31 de dezembro de 2019	1.847.120	973.532	2.820.652
				Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 e do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 - Em Reais (R\$)			
Fluxos de caixa de atividades operacionais		2019	Período de 01/03 a 31/12/2018	Redução das obrigações - não circulante	(299.097)	3.333.614	
Superávit do exercício		973.532	1.840.951	Ajustes patrimoniais	6.169	-	
Ajustes para reconciliar o resultado				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.562.068	4.771.112	
Depreciação/amortizações		340.480	66.386	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(348.257)	(2.921.376)	
Superávit ajustado		1.314.012	1.907.337	Aquisição de imobilizado	(348.257)	(2.921.376)	
Variáveis das contas de ativo e passivo		248.056	2.863.775	Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	26.232	66.875	
Aumento em créditos - circulante		878.380	(1.905.468)	Partes relacionadas	26.232	66.875	
Aumento em estoques		(139.143)	(139.702)	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.240.043	1.916.611	
(Aumento) / redução das despesas antecipadas		1.215	(5.679)	Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)			
Aumento em fornecedores		(588.843)	1.097.768	Saldo existente no início do exercício	1.916.611	-	
Aumento / (redução) de obrigações trabalhistas		369.120	360.727	Saldo existente no final do exercício	3.156.654	1.916.611	
Aumento / (redução) de obrigações sociais		37.575	68.257	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.240.043	1.916.611	
(Redução) de obrigações tributárias		(15.842)	52.730				
Aumento / (redução) de outras obrigações		(1.478)	1.528				

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019 - Em Reais - R\$													
<p>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Geral de Ipixuna do Pará (HGI) faz parte da rede pública do Estado do Pará. O Hospital atende a região Metropolitana III, composta por 23 municípios da 3ª e 5ª Regional de Saúde e o município de Dom Eliseu, pertencente à 11ª Regional de Saúde. A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e ginecológica, clínica médica, ambulatório de especialidades, exames de raios-x, ultrassom e eletrocardiograma. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado à Estrada Vicinal José Bonifácio, 499-607, Ipixuna do Pará - PA.</p> <p>b) Contrato de Gestão: O Hospital Geral de Ipixuna do Pará (HGI) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de março de 2018, por meio de contrato de gestão nº 001/SESPA/2018, vigente até 28/02/2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="text-align: left;">Âmbito</th> <th style="text-align: left;">Legislação</th> <th style="text-align: left;">Publicação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Federal</td> <td>Decreto Federal nº 50.517/61</td> <td>DOU de 23/12/1970</td> </tr> <tr> <td>Estadual</td> <td>Lei Estadual nº 5.341/1969</td> <td>DOE de 19/11/1969</td> </tr> <tr> <td>Municipal</td> <td>Lei Municipal nº 416</td> <td>DOM de 16/08/1967</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. c) Impactos da COVID-19 nas operações: A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com a COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, porém atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes que OMS - Organização Mundial da Saúde julga serem de risco. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2020. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações</p>	Âmbito	Legislação	Publicação	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970	Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967	<p>financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas</p>
Âmbito	Legislação	Publicação											
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970											
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969											
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967											

continua >

quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos

de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	2019	2018
Caixa	500	300
Banco conta movimento	21.504	3.621
Aplicações financeiras	3.134.650	1.912.690
	3.156.654	1.916.611

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. **4. Contas a receber:** O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/SESPA/2018, com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 02/03/2023.

	2019	2018
Contrato de gestão nº 001/SESPA/2018	1.024.067	1.097.398
	1.024.067	1.097.398

5. Imobilizado: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

	Ap. Medicina e cirurg. 10%	Eqptos de informática 10%	Máqs e Eqüptos 10%	Mov. e Utensílios 10%	Mov. e Utensílios Hospitalares 10%	Total
Saldo inicial em 1º março de 2018	-	-	-	-	-	-
Adições	142.700	1.549.947	961.701	134.509	132.519	2.921.376
Depreciação	(3.618)	(33.172)	(23.124)	(5.087)	(1.385)	(66.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	139.082	1.516.775	938.577	129.422	131.134	2.854.990
Adições	97.539	-	173.798	128.901	50.860	451.098
Bx. De bens	-	-	(35.454)	(59.506)	(7.880)	(102.840)
Depreciação	(23.211)	(26.902)	(168.203)	(104.910)	(17.255)	(340.481)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	213.410	1.489.873	908.718	93.907	156.859	2.862.767

6. Fornecedores 2019 2018
Materiais e medicamentos 43.013 599.609
Serviços 132.770 246.137
Serviços médicos 333.142 252.022
508.925 1.097.768

7. Obrigações Trabalhistas 2019 2018
Obrigações com pessoal 301.645 206.975
Provisão de férias 396.484 142.364
Provisão FGTS s/férias 31.718 11.388
729.847 360.727

8. Partes Relacionadas: O saldo a pagar de R\$ 93.107 (R\$ 66.875 em 2018), refere-se contas a pagar de serviços laboratoriais para hospitais relacionado sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão.

9. Receitas Diferidas: O Hospital utilizou, no exercício de 2019, o montante de R\$ 451.098 em verbas para investimento. O saldo demonstrado no grupo de receita diferida em 31/12/2019, refere-se à entrada do imobilizado com o contrato de gestão no hospital, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2019	2018
Imobilizado - contrato de gestão	3.269.633	2.921.376
Total investido em ativo	3.269.633	2.921.376
Depreciação acumulada	(406.866)	(66.386)
Total imobilizado	2.862.767	2.854.990
(+) Saldo para investimento	171.750	478.624
Receita diferida	3.034.517	3.333.614

10. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit), ou deduzidos por insuficiências (déficit), dos resultados obtidos nas atividades de gestão.

	2019	Período de 01/03 a 31/12/2018
Receitas faturadas	13.168.776	5.100.450
Expectativa contratual de receitas	-	5.873.530
	13.168.776	10.973.980
(-) Glosa por implantação	-	(5.873.530)
	13.168.776	5.100.450

Em 2018, a Entidade apresentou na rubrica de receitas por expectativa contratual o montante relativo aos repasses do contrato gestão esperados para o exercício, assim como a correspondente baixa no montante de R\$ 5.873.530, relativa à glosa de recebimentos por processo de implantação operacional.

	2019	Período de 01/03 a 31/12/2018
Serviços de gestão	(625.232)	(438.140)
Energia elétrica	(311.700)	-
Viagens e hospedagens	(79.907)	(82.778)
Manutenção e conservação	(28.055)	(7.754)
Outros	(253.469)	(64.466)
	(1.298.363)	(593.138)

13. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário

Cledes Aparecido da Silva - Diretor Executivo - CPF: 040.243.658-00

Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2019	Período de 01/03 a 31/12/2018
Cota patronal	789.721	189.458
Terceiros	229.019	54.493
RAT/SAT	78.972	18.946
Total INSS	1.097.712	262.897
COFINS	395.063	263.347
Total	1.492.775	526.244

14. Cobertura de Seguros: Em 2019, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

15. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2019	2018
Aplicações financeiras	3.134.650	1.912.690
Contas a receber	1.024.067	1.097.398
Total ativos financeiros	4.158.717	3.010.088
Fornecedores	508.925	1.097.768
Total passivos financeiros	508.925	1.097.768

16. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Ipixuna do Pará/PA, 13 de março de 2020.

Lienay Teixeira de Macedo Koury - Contadora - CRC PA - 021003/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Geral de Ipixuna do Pará - Ipixuna do Pará/PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Ipixuna do Pará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Ipixuna do Pará, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com es-

sas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados

▶continuação pela Administração para a determinação das contas a receber realizável. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao período de 10 meses, findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 19 de março de 2019, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 1(c), a Entidade vem promovendo treinamentos e preparo de sua estrutura para eventual atendimento de demandas de saúde relacionadas à COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, portanto, não realizou provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos

de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 13 de março de 2020.

Planners Auditores Independentes
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398

Valter Piovam
Contador CRC 1SP 146.651/O-0 - Auditor Independente - CNAI 1.018
Heitor Piovam
Contador CRC 1SP 331.721/O-0 - Auditor Independente - CNAI 6.199

Protocolo: 535196

CAMINHOS
Um Portfólio

Instituto Estadual Carlos Gomes
120 ANOS DE HISTÓRIA

Terra de Revolta

A Borboleta Julieta
Linda Ribeiro e Sérgio Bastos

Ronaldo Franco
José Maria de Vilar Ferreira
4 SÉCULOS DE CHUVAS

Edições
de
4009-7817

Ana Renata R. Lima Pantoja

BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZONIA

CNPJ: 04.966.545/0001-08 Trav. 9 de Janeiro, 1267 Belém-Pará

	2019	2018
BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO CIRCULANTE	30.101.196,56	29.293.295,46
Disponível	3.916.344,89	6.545.387,40
Caixa	180.028,40	204.220,21
Bnco C/Movimento	3.736.316,49	6.341.167,19
Realizável	26.184.851,67	22.747.908,06
Aplicações Financeiras	5.033.783,75	4.559.354,81
Aplicações Não Vinculadas	5.033.783,75	4.559.354,81
Creditos a Receber	19.492.010,26	16.471.750,90
Contas a Receber	1.604.702,80	1.203.983,65
Títulos Créd. e Conv. a Receber	17.064.106,87	14.318.701,88
Outros Val. e Adiant. a Receber	823.200,59	949.065,37
Valores Bens e Estoques	1.659.057,66	1.716.802,35
Estoques	1.659.057,66	1.716.802,35
ATIVO NÃO CIRCULANTE	41.256.101,65	37.551.875,58
DEPÓSITO JUDICIAL	171.046,18	171.046,18
Deposito Judicial	171.046,18	171.046,18
Investimentos	6.912.354,00	6.382.354,00
Amazonia Planos de Saúde	6.912.354,00	6.382.354,00
Imobilizado	34.045.681,43	30.871.455,36
Imóveis	19.326.458,88	18.945.082,12
Moveis e Utensílios	5.656.810,38	4.871.430,95
Equipamentos de Informatica	1.527.884,41	1.273.146,05
Maquinas e Equipamentos	18.307.722,26	16.187.726,46
Veículos	394.610,14	310.649,34
(-)Depreciação Acumulada	-11.167.804,64	-10.716.579,56
Intangível	127.020,04	127.020,04
Sistema de Computação	127.020,04	127.020,04
TOTAL DO ATIVO	71.357.298,21	66.845.171,04
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE	9.411.259,54	8.714.566,09
Repasse Medico	0,00	21.678,34
Tributos e Contrib. a Recolher	4.369.954,15	4.504.648,92
Obrigações Com Pessoal	1.791.314,52	1.736.269,67
Outros Debitos	1.296.156,37	469.105,37
Fornecedores	1.953.834,50	1.982.863,79
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.123.703,74	3.225.085,68
Emprestimos e Financiamentos	573.173,34	1.181.218,48
Leasing	1.550.530,40	2.043.867,20
PATRIMÔNIO SOCIAL	59.822.334,93	54.905.519,27
Capital Social	20.000.000,00	20.000.000,00
Doações e Subverções	1.852.985,46	1.852.985,46
Reservas	1.238.033,70	1.238.033,70
R.de Luc./Sob./Ret. de Superáv	1.238.033,70	1.238.033,70
Déficits/Superávits Acumulados	31.814.500,11	25.524.684,94
Superávit do Exercício	4.916.815,66	6.289.815,17
TOTAL PASSIVO	71.357.298,21	66.845.171,04
DEMONST. DO RESULTADO	2019	2018
Eventos/S I Líquidos	0,00	124.529,57
Eventos/S C ou Avisados	0,00	124.529,57
RESULTADO A SAÚDE	0,00	124.529,57
RECEITAS OPERACIONAIS	79.445.250,22	67.125.596,40
Receitas Hospitalares	79.454.544,84	67.140.016,86
(-) Deduções de Receitas	9.294,62	14.420,46
Reversão de Provisão	0,00	0,00
DESPESAS HOSPITALARES	23.742.552,14	18.914.461,07
Despesas Hospitalares	23.742.552,14	18.914.461,07
RESULTADOS OPERACIONAIS	55.702.698,08	48.211.135,33
RECEITAS DE DOAÇ E CONT.	780.324,59	882.762,95
Receitas de Doações e Cont	780.324,59	882.762,95
OUTRAS REC NÃO OP	396.937,42	432.557,36
Outras Receitas Não Operac.	396.937,42	432.557,36
RESULTADO FINANC. LIQUIDO	53.069,61	-405.382,07
Receitas Financeiras	330.305,36	296.855,76
Despesas Financeira	277.235,75	702.237,83
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	47.446.750,44	39.193.470,26
Despesas Com Pessoal	36.798.913,17	30.478.455,10
Despesas Com Terceiros	9.757.353,67	7.882.833,11
Despesas Administr. Diversas	890.483,60	832.182,05
Desp. Com Loca e Func.	4.569.463,60	3.513.258,57
Desp. Com Loc. e Manutenção	4.569.463,60	3.513.258,57
RESULTADO LIQUIDO	4.916.815,66	6.289.815,17
DFC	2019	2018
ATIVIDADES OPERAC.		
(+) Resg de Apli c/Financ.	0,00	20,22
(+) Rec.de Jur Ap Financ.	274.651,77	265.987,46
(+) Outros Rec. Op.	75.612.881,52	68.779.389,61
(-)Pag Forn./Prest.Saúde	25.817.563,83	20.314.098,12
(-)Pagamento de Pessoal	22.138.188,68	18.206.395,44
(-)Pag. de Serv Terc	8.117.333,07	7.882.833,11
(-)Pag.de Prom/Public	4.664,00	3.832,00
(-)Aplicações Financeiras	476.608,41	234.149,85
(-)Outros Pag Operacion	2.873.164,39	1.253.678,39
(-)Pagamento de Tributos	13.108.777,17	10.660.690,74
Caixa Liq das Ativid Op.	3.351.233,74	10.489.719,64
ATIV.DE INVESTIMENTOS		

(-)Pag.de Aq de Ao Imob-	4.543.966,42	5.432.404,71
(-)Outros Pag.das At.de I		
Caixa Liq das At de Inves	-4.543.966,42	-5.432.404,71
ATIV.DE FINANCIAMENT		
(-)Pag,J.Emp.Fin.Leasing	277.235,75	702.237,83
(-)Pag. de Amort. -		
Emprest./Financ./Leasing	1.159.074,08	1.692.205,28
Caixa Liq. das At. de Fina	-1.436.309,83	-2.394.443,11
VARIAÇÃO LÍQ DO CAIXA	-2.629.042,51	2.662.871,82
CAIXA - Saldo Inicial	6.545.387,40	3.882.515,58
CAIXA - Saldo Final	3.916.344,89	6.545.387,40
Ativo Liv no Inic do Perio	37.551.875,58	32.576.270,88
Ativ Liv no Fin do Período	41.256.101,65	37.551.875,58

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO

	Déficit/Superavit Acumulado	Totais
Saldo em 31.12.2017		48.615.704,10
31.12.2018 superavit	6.289.815,17	
Saldo em 31.12.2018		54.905.519,27
31.12.2019 Superavit	4.916.815,66	
Saldo em 31.12.2019		59.822.334,93

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2019

Nota 1 Contexto Operacional

A **BENEFICÊNCIA NIPO-BRASILEIRA DA AMAZÔNIA**, entidade civil de caráter beneficente, sem fins econômicos, que se propõe a dar assistência social, moral e material às pessoas necessitadas, visando a consecução de seus objetivos sociais, exerce as atividades de assistência social, organização e administração de hospitais, clínicas e ambulatórios, médica móvel e outras atividade de afins.

Nota 2 Apresentação das Demonstrações Contábeis, foram elaboradas com as novas práticas adotadas no Brasil de acordo com a Lei nº 11.638/07

a)Apuração do Resultado.

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício.

b)Aplicação de Liquidez Imediata.

Estão registradas por seus valores atualizados até a data do Balanço.

c)Passivo Circulante.

São representados por obrigações decorrentes das prestações de serviço e aquisição de materiais e equipamentos para manutenção e expansão do sistema de atendimento.

d)Patrimônio Social O Patrimônio Social da entidade é constituído de Bens Patrimoniais da entidade, de Fundo Assistencial e Reserva para Manutenção da entidade.

Nota 3 Gratuidades/Atividade Assistencial.

A entidade aplicou em despesas relacionadas com atividade assistencial, o montante de R\$1.160.655,10 no exercício de 2019.

Nota 4 Aplicação dos Recursos

Os recursos foram aplicados, integralmente, na manutenção e aquisição do imobilizado, e em sua atividade assistencial com base no Estatuto Social da entidade.

Nota 5 Contribuições

No exercício de 2019, várias entidades, inclusive pessoas físicas, efetuarão doações no montante de R\$ 219.011,99.

Gilberto Osamu Yamamoto (Presidente) CPF: 279.824.672-53

Alfredo Takeru Honda (Diretor Financeiro) CPF: 127.906.132-49

Nilson Hayashida (Contador) CPF: 115.987.782-34 CRC (PA)007241/O-5.

PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Beneficência Nipo-Brasileira da Amazônia, no exercício de suas atribuições estatutárias, após terem procedido aos exames do Balanço Patrimonial, Demonstrações de Despesas e Receitas, e demais contas e atos da Diretoria, finda em 31 de dezembro de 2019, e acompanhada do Parecer da Auditoria Independente realizada pelo auditor independente Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo, em anexo, e tendo em visto encontrado em perfeita ordem com provas documentadas, são de parecer que os mesmos podem ser levados para a aprovação da Assembleia Geral de 2020.

Yuji Ikuta (Presidente) Leonardo yoshikazu Maruoka (Coselheiro).

Teiichi Oikawa (Conselheiro).

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Beneficência Nipo - Brasileira da Amazônia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Tadeu Manoel Rodrigues de Araujo

Contador CRC/PA 002671/O-3

Auditor Independente CNAI Nº-171

IBRACON Nº-3715

CMV 4677

Protocolo: 535103



Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, quarta-feira, 18 de março de 2020 às 22:55:21.